

Instituto Superior Técnico
Relatório de Gestão - 2014

Índice

Introdução	2
Atividades de Ensino	3
Atividades de Investigação e Desenvolvimento	3
Recursos Humanos	3
Sistemas de Informação	3
Infraestruturas.....	4
Financiamento da atividade	4

Introdução

No seguimento do verificado nos últimos anos de vida do IST, a execução do ano de 2014 fica caracterizada por um cenário normativo enquadrador que, cada vez mais, restringe e limita a capacidade do IST se renovar, quer do ponto de vista humano quer do ponto de vista material, a capacidade do IST gerar e obter receitas próprias e, em última *ratio*, a capacidade do IST crescer e evoluir.

A título meramente exemplificativo da realidade enunciada, a dificuldade em executar projectos de investigação científica no que respeita à aquisição de bens e serviços indispensáveis ao cumprimento da missão do IST, tem vindo a aumentar de forma desproporcionada nos últimos anos. São de referir:

(a) alteração do Código dos Contratos Públicos que revogou a excepção da respectiva aplicação para as aquisições de bens e serviços realizadas no âmbito da actividade de I&D o que teve como consequência o dilatar de prazos e custos para a realização da despesa;

(b) passagem à categoria de "Entidade Vinculada" para efeitos de recurso ao sistema nacional de compras públicas o que teve como consequências directas (i) o aumento transversal da despesa em categorias vastas de bens e serviços (v.g. limpeza, segurança e viagens), (ii) diminuição real da qualidade dos bens adquiridos de que é exemplo flagrante os consumíveis de escritório e de impressão e (iii) o aumento da burocracia, com o consequente dilatar dos prazos de aquisição, sempre que esteja em causa um pedido de excepção por desadequação dos bens existentes na ESPAP, como é o caso dos equipamentos informáticos;

(c) aprovação de norma, nos sucessivos Orçamentos do Estado, nos termos da qual as novas contratações de pessoal para as Instituições de Ensino Superior apenas podem ocorrer se o aumento da massa salarial daí decorrente não representar um aumento da mesma, por comparação com o ano imediatamente anterior, ainda que as remunerações sejam asseguradas por receitas próprias. Esta situação é tão mais grave quanto a manutenção por tempo indefinido das actuais regras implicará, necessariamente, pela maneira como essas regras são concretamente aplicadas, a redução sistemática da capacidade de contratação de pessoal para os quadros permanentes do IST;

(d) a introdução da obrigatoriedade de, em todas as aquisições de serviços, ser necessário, previamente à realização das mesmas, indagar junto do INA se existe algum trabalhador em funções públicas, em situação de mobilidade, habilitado a prestar esses serviços;

(e) a restrição, por via de parecer do Ministério das Finanças, da possibilidade legal de as Universidades terem competência própria para assumir compromissos plurianuais (isto é, contratos com pagamentos em mais do que um ano económico) em outra fonte de financiamento que não a de receitas próprias – propinas e projectos de prestação de serviços. Desta forma, qualquer tipo de investimento que implique pagamentos em mais do que um ano e que seja suportado por receitas proveniente da União Europeia ou da FCT depende de autorização prévia do Ministro das Finanças.

A conjugação dos factores enunciados, para além da clara violação da autonomia universitária consagrada na constituição e no RJIES, teve como consequência que instituições de ensino superior com as características do IST, foram forçadas a deslocalizar a sua actividade de investigação para Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

A este facto soma-se a diminuição nas dotações reais do Orçamento de Estado atribuídas ao ensino superior, e ao IST em particular - com reduções, cativações e cortes muitas vezes imprevisíveis e incompreensíveis - e o aumento de contribuições obrigatórias (v.g. CGA e TSU).

Assim se justifica que o resultado líquido do exercício de 2014 do IST tenha sido negativo em 2.420.074,49 euros. Sem prejuízo de uma análise mais detalhada dos resultados financeiros do

exercício, que se apresentam nos ponto “financiamento da actividade”, considera-se relevante trazer à introdução deste documento este valor, as causas que para ele contribuem, e a preocupação que dele decorre relativamente ao futuro.

Contudo, graças a uma política de rigoroso controlo orçamental, o IST terminou o ano com uma variação ligeiramente positiva nos seus resultados transitados (24.387.948 euros), dos quais 10.726.941,10 euros corresponde a depósitos em instituições financeiras e caixa a 31 de Dezembro de 2014.

Atividades de Ensino

Para além da garantia do regular funcionamento das atividades de ensino, no ano de 2014 podem destacar-se algumas iniciativas no âmbito das linhas de ação estrategicamente definidas para este ano. Destaca-se a re-factorização de toda a infraestrutura de software da área académica, de modo a flexibilizar os seus níveis de acesso e funcionalidades. Esta re-factorização permite à Direção Académica uma visão global de todos os núcleos sob a sua alçada.

Atividades de Investigação e Desenvolvimento

A presente área de atuação, durante 2014, visou desenvolver atividades de ID&I de nível internacional, aumentando a capacidade para ativamente procurar e captar os melhores talentos no mercado internacional, oferecendo condições de trabalho e início de atividades competitivas.

As unidades de investigação do IST produziram cerca de 4000 publicações, das quais cerca de 50% do total são publicações indexadas no ISI Web of Science.

De acordo com as linhas de Ação previstas no Plano de Atividades do IST para 2014 a Área de Transferência e Tecnologia (ATT) desenvolveu trabalhos no sentido de destacar o IST no empreendedorismo, na inovação e na transferência de tecnologia.

Recursos Humanos

No que respeita à estratégia de gestão de recursos humanos, o Conselho de Gestão, depois de analisar o enquadramento orçamental e o valor que deveria comprometer com despesas referentes à remuneração do pessoal permanente, e tendo presente a política formulada em 2010 de que o número de docentes do IST deveria evoluir, a médio prazo, para um número não superior a 700 docentes ETI, adotou uma política extremamente restritiva no que concerne à contratação de docentes.

Assim, à data de 31 de Dezembro de 2014, a totalidade do corpo docente da Escola era de 678 elementos, incluindo docentes em situações especiais e docentes contratados a termo, e excluindo docentes em comissões de serviço e em licenças sem remuneração.

Sistemas de Informação

Durante o ano de 2014, a DSI manteve os níveis de serviço de anos anteriores, tendo orientado a sua atuação para a continuação da melhoria dos serviços de suporte ao utilizador, manutenção dos níveis de eficiência de infraestruturas de rede e ampliando a abrangência dos serviços informáticos e de rede.

Na área de infraestruturas de redes e sistemas, apesar da difícil conjuntura técnica e financeira, a DSI manteve os níveis de serviço e de resiliência de anos anteriores. A nível operacional, destacaram-se como traves mestras da atividade da DSI em cada uma das suas áreas operacionais a continuação

LGS
TS
K
X
M.
H
Ogg
JNS
M
RHP

da desmaterialização dos serviços administrativos, o reforço da infraestrutura de rede e continuação da renovação das soluções de apoio ao utilizador.

Infraestruturas

Durante o ano de 2014, foi desenvolvido um conjunto de atividades previstas, nomeadamente através das várias linhas de ação que integram o Plano de Atividades para 2013, podendo falar-se, essencialmente, de três tipos de intervenções bem distintas: as ações de manutenção/reabilitação do património edificado bem como o enriquecimento desse património através de novas construções; o desenvolvimento de novos projetos de futuras construções; a criação de plataformas/métodos que permitam melhorar o conhecimento em áreas chave como a da eficiência energética.

É de notar que esta área é especialmente afectada pelos constrangimentos orçamentais e procedimentais verificados no período.

Financiamento da atividade

O IST tem vindo a calcular e apresentar nos últimos anos um conjunto de dados e indicadores financeiros, considerados relevantes para a análise das principais variáveis financeiras da sua actividade os quais desde 2013 são apresentados para um intervalo de 5 anos.

As dotações do Orçamento de Estado, a maior parcela individual do financiamento obtido, pese embora não atingirem os valores do ano de 2010 tem valores semelhantes aos do ano anterior descontado os efeitos das reduções remuneratórias e sua reposição parcial.

Na estrutura de financiamento importa destacar três aspectos relevantes.

O valor do financiamento obtido por via das Propinas manteve-se face ao ano anterior após o acréscimo registado em 2013 e consistentemente acima do patamar de 10% do financiamento total. O financiamento próprio relativo a I&D regista uma diminuição acentuada resultante da deslocalização de uma parte significativa das actividades desta natureza para a IST-ID. O financiamento com origem na prestação de serviços após as quebras verificadas em 2013 e 2014 recupera no corrente ano atingindo valores semelhantes a 2010 e 2011 quer em valor absoluto quer na percentagem do financiamento total.

	Financiamento da actividade													
	2014	%	Δ%	2013	%	Δ%	2012	%	Δ%	2011	%	Δ%	2010	%
Orçamento de Estado														
MCTES	52.050	53,0	2,3	50.865	49,3	23,9	41.044	42,8	-12,6	46.942	46,5	-15,0	55.218	49,9
Total	52.050	53,0	2,3	50.865	49,3	23,9	41.044	42,8	-12,6	46.942	46,5	-15,0	55.218	49,9
Receitas Próprias														
Propinas e taxas	12.694	12,9	0,7	12.605	12,2	14,9	10.972	11,4	-4,5	11.483	11,4	-1,4	11.652	10,5
Projectos I&D ⁽¹⁾	21.529	21,9	-25,7	28.982	28,1	-7,1	31.187	32,5	1,0	30.869	30,6	8,8	28.380	25,7
Vendas	270	0,3	-16,7	325	0,3	-11,1	365	0,4	26,0	290	0,3	-17,8	353	0,3

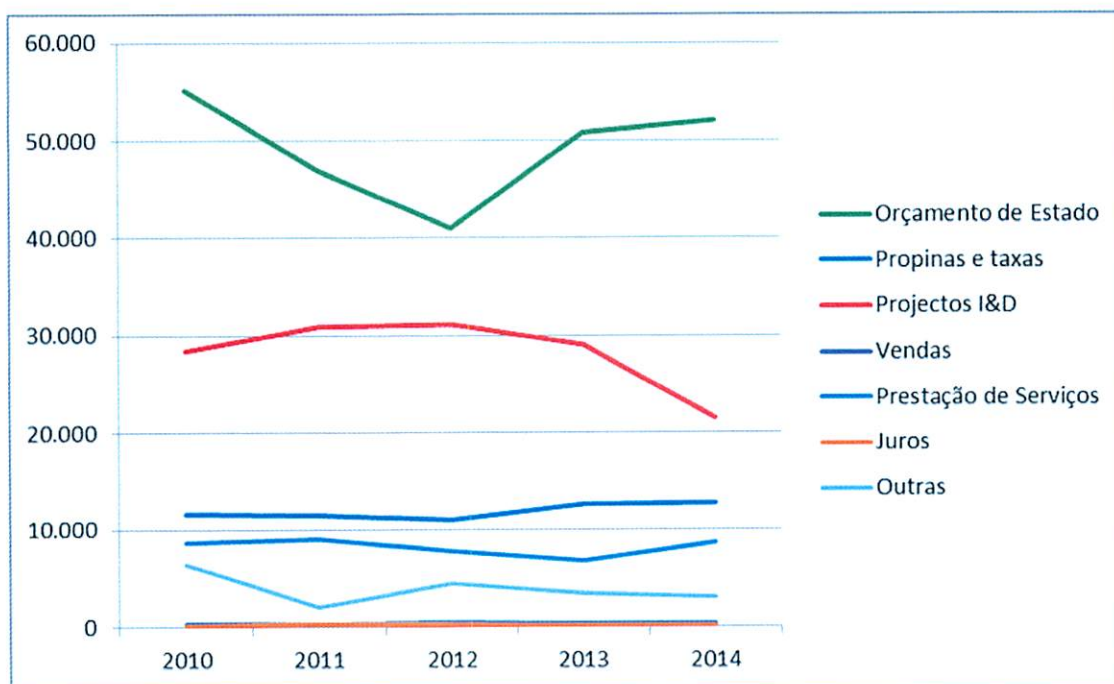
Prestação de Serviços	8.627	8,8	27,5	6.765	6,6	-12,6	7.744	8,1	-13,9	8.998	8,9	4,8	8.589	7,8
Juros	49	0,0	-33,6	73	0,1	-40,8	124	0,1	-53,6	267	0,3	436,7	50	0,0
Outras	3.014	3,1	-12,8	3.456	3,4	-21,4	4.397	4,6	113,1	2.063	2,0	-67,8	6.402	5,8
Total	46.183	47,0	-11,5	52.206	50,7	-4,7	54.789	57,2	1,5	53.972	53,5	-2,6	55.426	50,1
Total geral	98.234	100,0	-4,7	103.070	100,0	7,6	95.832	100,0	-5,0	100.913	100,0	-8,8	110.644	100,0

⁽¹⁾ Inclui financiamento indireto com origem em OE

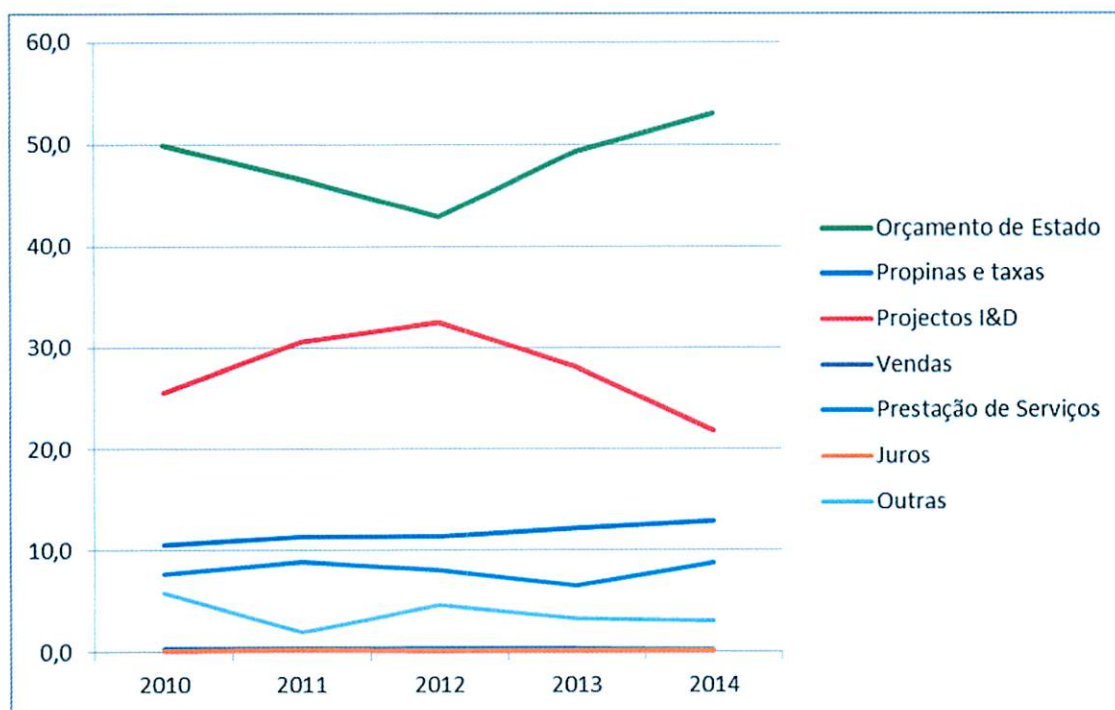
Uma análise da evolução do financiamento da atividade nos últimos 5 anos revela no essencial dois factos conforme se pode ver nos gráficos que se seguem:

- A estabilidade da estrutura de financiamento do IST, seja em valor seja na sua composição nas rubricas que dependem fundamentalmente da sua gestão interna e solidez institucional – Propinas, Vendas e Prestação de serviços
- A variação significativa das componentes de financiamento não determinadas pela gestão do IST e pelas suas políticas como sejam o financiamento com origem no Orçamento de Estado, incluindo o financiamento de projetos de I&D com origem pública nacional.

Quadro de evolução do financiamento da atividade em valor

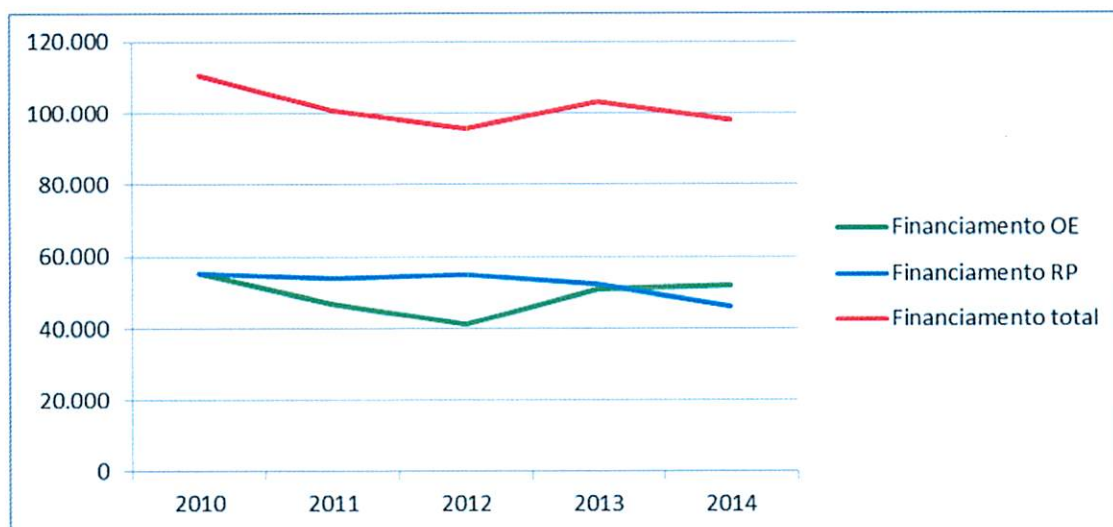


Quadro de evolução da estrutura de financiamento da atividade

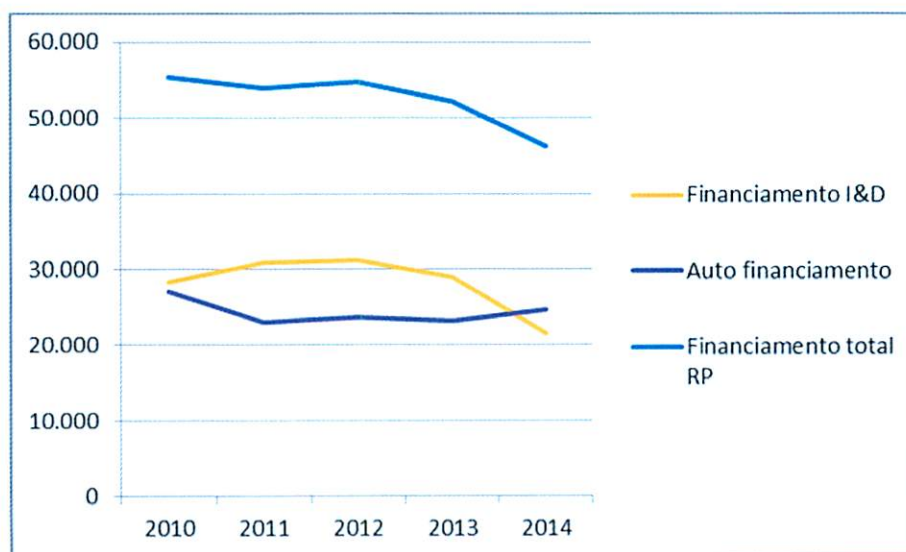


O gráfico demonstra do que se afirmou relativamente à composição e estabilidade da estrutura de financiamento das actividades do IST nomeadamente que as variações mais significativas ocorrem nas componentes do financiamento relativamente às quais o IST não dispõe de intervenção direta como sejam o Financiamento do OE e as transferências no âmbito de projetos de I&D.

Composição do financiamento por origem



Se até ao ano de 2013 a variação do financiamento total estava em linha com a variação do financiamento com origem no Orçamento de Estado, no ano de 2014 tal não se verifica. Este facto resulta da significativa diminuição das actividades de I&D pelo efeito da sua deslocalização.



Análise dos custos

Sem prejuízo da análise das variações que de seguida se fará, importa face ao cenário de constante alteração do quadro legal vigente, determo-nos sobre a rubrica de custos com pessoal.

Os custos com pessoal continuam a representar a maior parcela dos custos totais, o que dada a natureza da atividade do IST corresponde ao perfil nacional e internacional deste tipo de instituições.

Nos anos de 2011 e 2012, quer por força das reduções salariais numa primeira fase, e posteriormente da suspensão dos Subsídios de Férias e Natal, estes custos sofreram uma redução significativa.

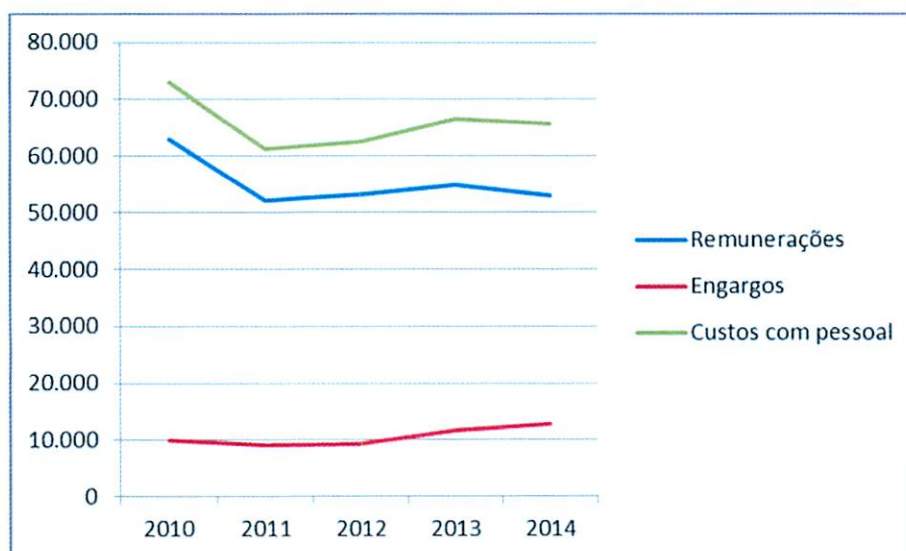
No ano de 2014 o efeito da reposição dos cortes salariais foi mais que compensado pela redução do quadro de pessoal traduzindo-se numa redução efectiva de custos desta natureza face ao ano de 2013.

Refira-se ainda que o peso dos custos com pessoal regista apenas um crescimento de 1,3% face ao valor de 2,1% registado em 2013.

O gráfico que se segue e que traduz a evolução dos custos com pessoal ao longo dos últimos 5 anos, permite ainda verificar que parte da redução do montante das remunerações não tem impacto nos custos totais com pessoal por força do crescimento do valor dos encargos que sobre elas incidem.

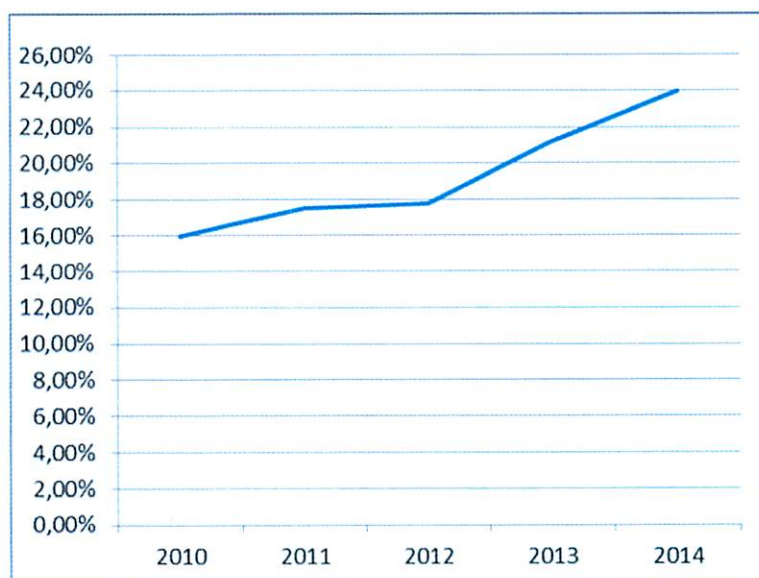
Evolução dos custos com pessoal e encargos

T/S
LGS
K
AT
AA
S
h
S
S
K
L



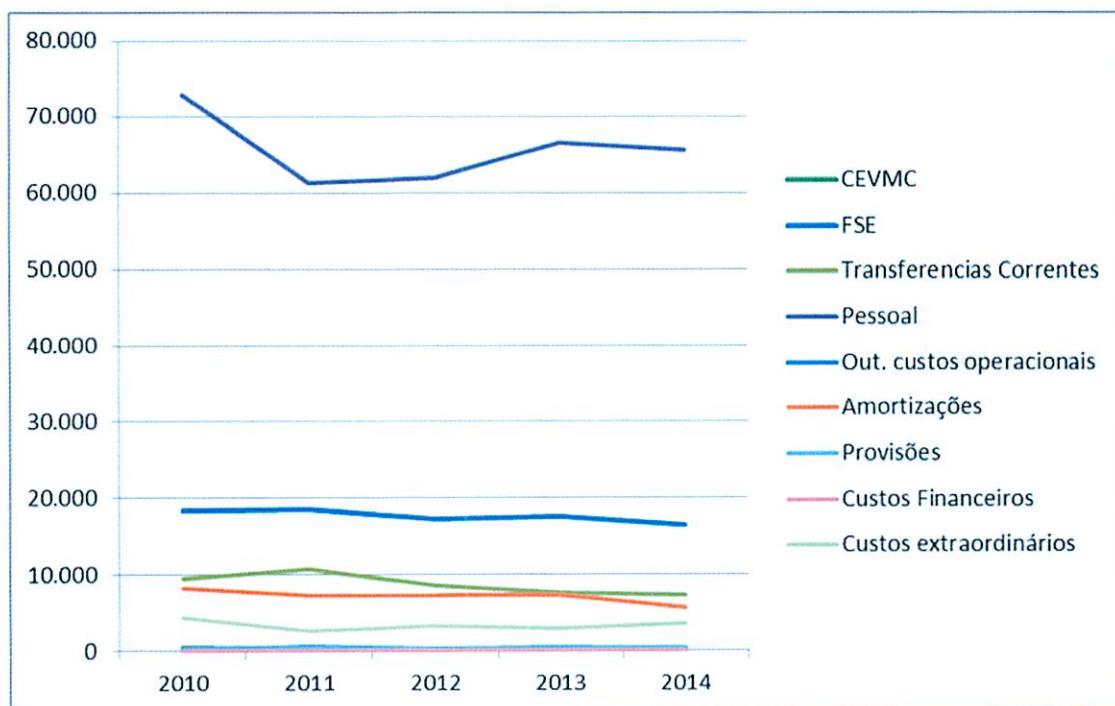
Refira-se ainda que o valor dos encargos sobre remunerações que era em 2009 de 14,8% atingiu em 2014 o valor de 23,96%, sendo que em 2013 era de 21,21% conforme gráfico que se segue:

Evolução dos encargos sobre remunerações



Os gráficos que seguem mostram a evolução dos custos ao longo dos últimos 5 anos

Evolução dos custos

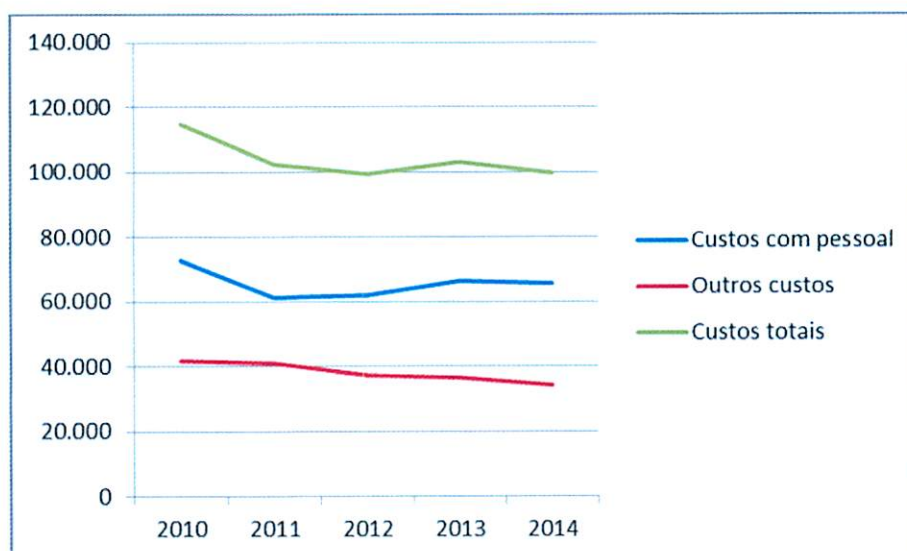


O IST apresenta uma estrutura de custos estável, previsível mesmo, ao longo dos últimos anos.

Refira-se no entanto que na componente mais significativa destes - os custos com pessoal - as alterações ao quadro legal vigente resultam não só em alterações anuais significativas como tem um impacto de relevo nos custos totais.

Este facto torna-se ainda mais evidente se compararmos a evolução dos custos com pessoal e restantes custos face aos custos totais, como se pode observar no gráfico que se segue, onde se evidencia que no essencial os custos totais dependem da variação dos custos com pessoal.

Evolução dos custos com pessoal e outros custos face aos custos totais



Na análise das variações dos restantes custos face ao ano anterior e à sua evolução nos últimos anos, importa destacar alguns factos.

Os custos extraordinários, cujos montantes continuam a sofrer variações anuais significativas, são, no essencial, resultantes de transferências de capital para parceiros no âmbito de projetos de I&D. Estas transferências são efetuadas de acordo com os montantes recebidos para financiamento das respetivas atividades, pelo que as variações resultam de fatores externos determinados pelas entidades financiadoras, e têm um efeito nulo nos resultados.

O valor das amortizações sofreu no ano de 2014 uma redução significativa. Este facto resulta de dois factores. Por um lado nos anos anteriores o montante do investimento sofreu reduções significativas o que se traduz num envelhecimento dos activos e consequente extinção das amortizações anuais. Acresce ainda que no corrente ano uma parcela significativa do investimento traduziu-se na aquisição de livros os quais por força da política de amortizações são reintegrados a 100% no ano de aquisição.

O investimento financiado por receitas próprias no ano de 2014 atingiu 1,3 milhões de euros, valor idêntico ao do ano anterior.

O montante das amortizações relativas a bens cuja aquisição não resultou de financiamento de capital, atingiu em 2014 o valor de 1,29 milhões de euros.

O IST necessita de volumes de investimento anuais consideráveis para manter a sua atividade, seja em volume seja em qualidade os quais só são possíveis de concretizar através de um adequado financiamento das diversas componentes das suas atividades. A diminuição do valor das amortizações, resultante da redução do investimento em particular é um indicador preocupante.

A regra do equilíbrio orçamental, bem como a indisponibilidade dos saldos transitados, impedem a manutenção de uma política consistente de investimentos, pensada num horizonte plurianual, o que é um importante condicionamento ao desenvolvimento das atividades.

O quadro que se segue apresenta a síntese dos valores, da composição e variação dos custos ao longo dos últimos 5 anos.

					Evolução dos custos									
Rubricas	2014	%	Δ%	2013	%	Δ%	2012	%	Δ%	2011	%	Δ%	2010	%
CEVMC	319	0,3	23,7	258	0,2	-24,8	343	0,3	-0,7	345	0,3	-30,0	494	0,4
FSE	16.497	16,5	-6,6	17.661	17,1	2,3	17.256	17,4	-7,4	18.629	18,2	0,9	18.462	16,1
Transferências Correntes	7.289	7,3	-4,3	7.620	7,4	-10,1	8.480	8,5	-21,1	10.752	10,5	12,7	9.540	8,3
Pessoal	65.617	65,8	-1,4	66.536	64,5	7,3	61.993	62,4	1,2	61.269	60,0	-16,0	72.918	63,6
Out. custos operacionais	254	0,3	-39,6	421	0,4	15,6	364	0,4	-39,5	602	0,6	543,6	94	0,1
Amortizações	5.741	5,8	-21,0	7.264	7,0	0,2	7.251	7,3	-0,5	7.289	7,1	-12,1	8.294	7,2
Provisões	411	0,4	32,7	310	0,3	-15,6	367	0,4	-21,3	466	0,5	29,8	359	0,3
Custos Financeiros	45	0,0	-3,6	47	0,0	-19,7	58	0,1	0,8	58	0,1	8,3	53	0,0
Custos extraordinários	3.571	3,6	16,4	3.069	3,0	-5,9	3.261	3,3	19,3	2.735	2,7	-38,5	4.450	3,9
Total	99.744	100,0	-3,3	103.187	100,0	3,8	99.374	100,0	-2,7	102.146	100,0	-10,9	114.664	100

Análise dos proveitos

Com excepção da rubrica de transferências correntes RP as restantes mantem-se estáveis.

No ano de 2014 a mais significativa alteração resulta da deslocalização parcial das actividades de I&D.

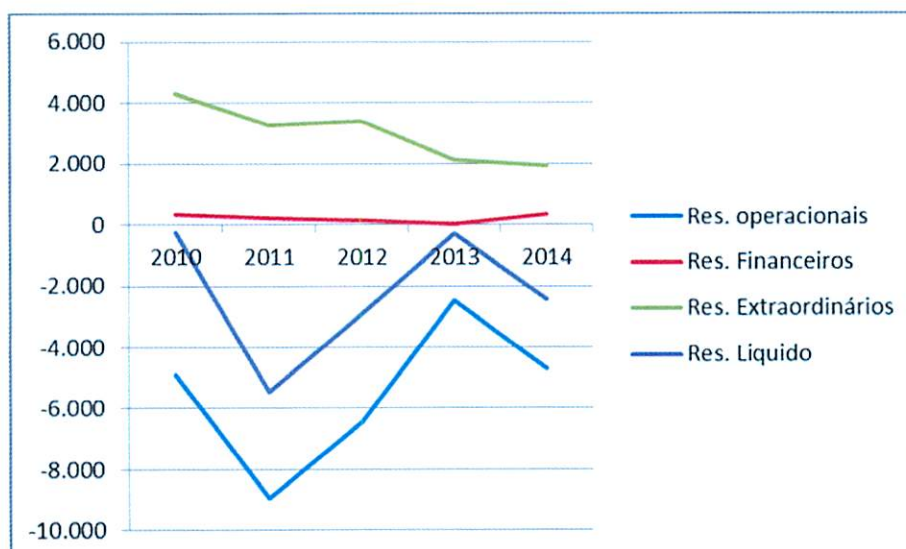
As Vendas e prestações de serviços iniciaram um processo de recuperação das quedas verificadas em 2012 e 2013.

Rubricas	Evolução dos Proveitos													
	2014	%	Δ%	2013	%	Δ%	2012	%	Δ%	2011	%	Δ%	2010	%
Vendas e Prest. Serviços	5.890	6,1	12,9	5.217	5,1	-17,3	6.305	6,5	-23,9	8.288	8,6	-13,4	9.572	8,4
Propinas e Taxas	12.268	12,6	2,3	11.988	11,7	8,7	11.026	11,4	-9,2	12.140	12,6	6,1	11.442	10,0
Proveitos suplementares	2.655	2,7	-5,3	2.805	2,7	-5,5	2.968	3,1	33,8	2.217	2,3	6,4	2.084	1,8
Transferencias Corr. OE	52.050	53,5	2,3	50.865	49,4	23,9	41.044	42,3	-12,6	46.942	48,5	-15,0	55.218	48,2
Transferencias Corr. RP	18.584	19,1	-30,5	26.720	26,0	-7,5	28.874	29,7	38,6	20.826	21,5	-22,8	26.981	23,6
Proveitos financeiros	395	0,4	391,6	80	0,1	-58,8	195	0,2	-29,7	277	0,3	-25,4	372	0,3
Proveitos extraordinários	5.481	5,6	5,2	5.208	5,1	-22,0	6.676	6,9	10,8	6.024	6,2	-31,3	8.772	7,7
Total	97.323	100	-5,4	102.882	100	6,0	97.088	100	0,4	96.714	100	-15,5	114.441	100

Resultados

Os resultados de exploração apresentam ao longo dos últimos 5 anos variações significativas quer em valor quer na sua composição tal como se pode ver no gráfico que se segue.

Análise da evolução dos resultados e sua composição



No ano de 2014 os resultados operacionais apresentam uma queda de 2,2 milhões de euros a qual resulta dos seguintes factores:

Alteração da política de acréscimos relativa à actividade de projectos de investigação a qual produziu um impacto negativo de 0,8 milhões de euros.

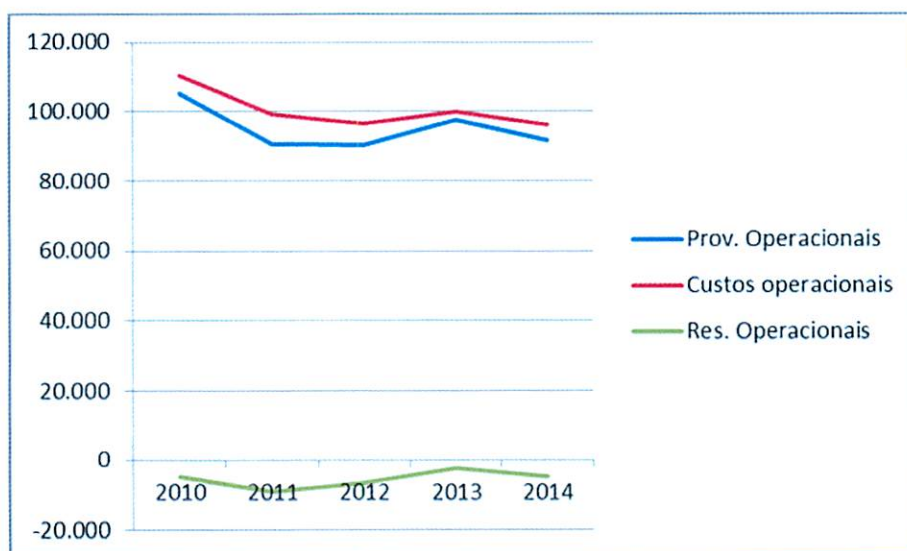
Deslocalização das actividades de I&D as quais por forma do financiamento indirecto de parte dos custos fixos de estrutura tiveram um efeito negativo nos resultados de 1,4 milhões de euros.

Os resultados financeiros apresentam valores em linha com os anos anteriores.

Os resultados extraordinários para os quais contribuem de forma relevante face às políticas contabilísticas decorrentes dos normativos legais os proveitos resultantes da compensação das amortizações dos bens de capital financiados sofreram tal como no ano anterior uma redução. Este facto resulta do aumento da parcela de investimento efectuada sem recurso a financiamento.

LGS
TGS
K
K
AA
S
h
Oy
ANS
K
RP

Análise dos resultados operacionais



Indicadores

Seguidamente apresenta-se o quadro de indicadores que vem sendo objeto de cálculo desde 2008 e para os quais se apresentam os últimos 5 anos.

Principais indicadores	2014	2013	2012	2011	2010
Financiamento					
Financiamento OE / Financiamento Total	0,53	0,49	0,43	0,47	0,50
Financiamento directo OE / Aluno (euros)	4.721	4.956	4.044	4.529	5.221
Custos					
Custos com pessoal / Custos totais	0,66	0,64	0,62	0,60	0,64
Amortizações / Custos totais	0,06	0,07	0,07	0,07	0,07
FSE / Custos Totais	0,17	0,17	0,17	0,18	0,16
Proveitos					
Proveitos operacionais / Proveitos totais	0,94	0,95	0,93	0,93	0,92
Vendas e Prest. Serviços / Proveitos Correntes	0,06	0,05	0,07	0,09	0,09
Propinas e taxas / Proveitos correntes	0,13	0,12	0,12	0,13	0,11
Outros					
Prazo médio de pagamentos (dias)	74,8	30,5	49,5	37,2	25,9
Prazo médio de recebimentos (dias)	126,5	151,2	177,7	152,5	74,6